

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP, REALIZADA EM RESENDE, EM 14/08/2003.**

3 Reunião iniciada às 13:15 horas, sendo a mesa integrada por: Eduardo Meohas (Presidente do CEIVAP), Fídias de Miranda
4 (Secretário Executivo do CEIVAP), Antônio Evangelista (Vice-Presidente do CEIVAP); João Rodrigues (Presidente do
5 Conselho Administrativo da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Paraíba do Sul), Dilma Seli Pena Pereira (Diretora
6 da Agência Nacional de Águas); Júlio Tadeu Kettelhut (Diretor da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio
7 Ambiente); Antônio Carlos Jacob (Prefeito de Ubá/MG); Marco Aurélio de Souza (Prefeito de Jacareí/SP); e Luiz Gonzaga
8 dos Santos (Prefeito de Paraibuna/SP). Passando à pauta, o Secretário Executivo Fídias Miranda deu início à discussão da
9 minuta de ata da 1ª Reunião Extraordinária do CEIVAP, de 30/05/03. Um participante, que se identificou como representante
10 dos usuários de São Paulo, observou que não constava da ata a questão da prestação de serviços ao CEIVAP: foi apresentada e
11 aprovada proposta de que as entidades ou empresas membros do Comitê ou de suas Câmaras Técnicas não poderiam prestar
12 serviços remunerados ao CEIVAP. O Presidente Meohas concordou com a observação, fazendo a seguinte ressalva: quem não
13 pode prestar serviço remunerado ao CEIVAP é a pessoa física que está como membro, mas a entidade a qual ela representa
14 pode, ou seja, o veto é para a pessoa física e não para a entidade a qual ela representa. Com esta emenda, a ata foi aprovada
15 com unanimidade. O Presidente Meohas propôs inversão na ordem de pauta de modo a se tratar primeiro da "Situação Atual
16 da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul". Aceita a proposta pelo plenário, Meohas informou que
17 ontem esteve reunido com equipe do Gabinete da Casa Civil da Presidência da República, em Brasília, com participação de
18 toda a diretoria do CEIVAP, Secretário Nacional de Recursos Hídricos, Deputados Jorge Bittar e Inês Pandeló, e outras
19 autoridades, para tratar da qualificação da nossa Associação Pró-Gestão como Organização Social, que depende de Decreto
20 Presidencial. Disse ser do conhecimento de todos que havia uma discussão e uma defesa contrária à qualificação da
21 Associação como OS, mas nessa reunião os representantes do CEIVAP colocaram as dificuldades do ponto de vista do tempo
22 que se levaria na adequação para um novo modelo, pois a bacia demanda uma solução imediata para o problema de sua
23 Agência. O resultado prático dessa reunião foi que os membros do gabinete do ministro José Dirceu se comprometeram a
24 equacionar o problema em um prazo de 10 dias, de modo a que a Associação Pró-Gestão de Águas possa ser qualificada como
25 OS, e posteriormente, se o governo vier a decidir modificar as OS's como um todo, seriam feitas as adaptações necessárias.
26 Dizendo não ter dúvidas de que a solução sairá por meio de decreto presidencial que qualificará a associação como OS, passou
27 a palavra ao senhor João Rodrigues, Presidente do Conselho Administrativo da Associação Pró-Gestão, para continuidade aos
28 informes sobre o processo da agência. João Rodrigues iniciou lembrando de reunião da Associação Pró-Gestão, ocorrida em
29 meados de junho passado, quando se percebeu o impasse da definição das características da Associação, pois uma eventual
30 mudança de OS para OSCIP, tal como fora sugerido em parecer da Casa Civil, traria grandes riscos para o processo.
31 Encaminhando a questão para discussão em Câmara Técnica, ficou claro que havia uma nítida fragilização do processo, o que
32 levou a que as diretorias do CEIVAP e da Associação iniciasse um trabalho político, e destacava, dentre outros, o esforço do
33 Vice-Presidente do CEIVAP junto às autoridades de Brasília, e que culminaram ontem com a reunião referida pelo Presidente
34 Meohas, e sobre ela teria duas informações adicionais: a primeira que o Secretário Nacional de Recursos Hídricos, João Bosco
35 Senra, colocou como compromisso que até o próximo dia 23 terá uma resposta definitiva para essa situação. E, como já dito
36 pelo Presidente Meohas, recebemos informações de que para este primeiro momento seja válido o modelo que foi estabelecido
37 para a Associação, de ser qualificada como OS, definição que poderá até vir a ser revista, caso necessário. Essa qualificação
38 permitirá que seja firmado contrato de gestão entre a Agência e ANA, que dará condições para o pleno funcionamento da
39 Agência. Enquanto isso, conta com o apoio da ANA para que se possa achar alternativas para aplicação de recursos que
40 precisam retornar para a bacia, e tem a certeza de que durante a reunião de hoje será encontrada uma solução prática. Acredita
41 que até janeiro de 2004 a Associação estará atuando de forma efetiva, com seu corpo técnico próprio, dessa forma
42 profissionalizando a gestão de recursos hídricos na bacia do Paraíba do Sul, sendo a Agência o braço executivo do CEIVAP,
43 conforme previsto em lei. Com a palavra o Presidente Meohas destacou na reunião do Gabinete Civil da Presidência da
44 República, a atuação da deputada Inês Pandeló, representando a Frente Parlamentar da Bacia do Rio Paraíba do Sul; do
45 Secretário Nacional de Recursos Hídricos, João Bosco Senra; e também do papel fundamental de articulador do Vice-
46 Presidente do CEIVAP, Antônio Evangelista. Este, com a palavra, destacou o interesse coletivo que está fortalecendo a
47 organização e a recuperação da bacia, que a forma como se está atuando é um fator positivo para o Brasil, pois cabe ao poder
48 público definir a forma de ação governamental, e acredita muito no poder local que escolheu a figura jurídica mais apropriada
49 para se fazer a gestão condominial dos recursos hídricos, espera ver conciliados esses papéis com a criação da Agência de
50 Bacia na figura jurídica de OS. Dizendo que há tempo para se aguardar que seja tomada a decisão correta, e para que os
51 recursos condominiais que estão sendo coletados retornem para serem utilizados conforme os interesses da bacia, pois quando
52 se fala em cobrança pelo uso da água não se fala de tributo, como a CPMF, mas de benefícios a serem revertidos para toda a
53 bacia. Acha que o esforço do grupo que em Brasília percorreu alguns ministérios, como o da Fazenda, do Meio Ambiente e a
54 Casa Civil da Presidência da República, na busca de solucionar as pendências de interesse do CEIVAP, foi recompensado por
55 ter resultado em compromissos de solução dos problemas por parte de dirigentes daquelas pastas. O Presidente Eduardo
56 Meohas aproveitou para agradecer o apoio prestado em Brasília pelos diretores da ANA, Dr. Jerson Kelman e Dra. Dilma Seli
57 Pena Pereira, e abriu a palavra aos presentes. O Sr. Antônio Carlos Jacob, referido de Ubá/MG referiu-se ao bom exemplo dado
58 pelo CEIVAP e ANA, pela convergência de idéias em prol dos três estados da bacia, ao buscar materializar os recursos
59 disponíveis em benefício da bacia, em uma ação que transcende aos três estados, mas que é importante em termos globais, pois
60 se está tratando de água para abastecimento da população, o recurso mais rico no planeta, Marco Aurélio de Souza, Prefeito de
61 Jacareí/SP solidarizou-se com o trabalho desenvolvido pelo CEIVAP, e externou sua satisfação em participar da reunião. O
62 Presidente Meohas, referindo-se a que havia quorum regimental para se deliberar na reunião, passou a palavra ao Secretário
63 Executivo Fídias de Miranda, para encaminhar o processo. Com a palavra Juliana Koeppel, representante da FIEMG e
64 coordenadora da Câmara Técnica Institucional do CEIVAP, passou a relatar a proposta de Termo Aditivo do atual Convênio
65 entre a ANA e a Prefeitura de Resende, que apóia o funcionamento do ET-CEIVAP. Trata-se do quarto aditivo a um convênio

66 que estava em execução, que ao ser trazido à análise da CT ensejou a criação de um Grupo de Trabalho *ad hoc*, que procedeu
67 ajustes em uma proposta que fora elaborada pelo ET-CEIVAP, redefinindo os compromissos e os valores envolvidos. O
68 documento final, aprovado em reunião de CT para ser encaminhado como proposta de deliberação a este plenário, prevê que
69 os recursos financeiros necessários para a implementação do quarto aditivo serão oriundos da cobrança pelo uso da água na
70 bacia, o aditamento válido até 31 de dezembro de 2003, e a Secretaria Executiva do CEIVAP estará fazendo acompanhamento
71 mensal do cumprimento das atividades de apoio do ET-CEIVAP, que apresentará mensalmente à Secretaria Executiva
72 relatório sobre o andamento das atividades previstas. Luiz Cláudio Ferreira Castro, representante da CSN, referiu-se à reunião
73 de CT ocorrida no dia anterior, na qual o assunto do aditivo fora aprovado para ser encaminhado a este plenário, e que,
74 conselheiro deste comitê, tentou analisar o material referente a esse aditamento para fazer uma avaliação crítica mas,
75 infelizmente, não houve tempo nem material suficiente. Com isso, se posiciona hoje da mesma forma que se posicionou
76 ontem: se abstém de votar sobre a matéria, não por desconfiança de qualquer tipo, mas por não se sentir suficientemente
77 informado sobre o assunto. O Presidente Meohas referiu-se a que esse convênio foi firmado entre a ANA e a Prefeitura de
78 Resende, sem que fosse feita apreciação de plenária pelo CEIVAP e, pela primeira vez, o assunto estava sendo apresentado em
79 plenário. Esclareceu que a Prefeitura de Resende não fica com um real do convênio, apenas os repassa para o funcionamento
80 do ET, e ainda contribui com contrapartida. Disse que a pressa que houve para sua celebração deveu-se a que há pouco tempo
81 atrás os funcionários do ET ficaram com seus salários em atraso em até cinco meses, por conta das dificuldades de se
82 operacionalizar a liberação de recursos, e os caminhos então seguidos visavam solucionar a situação. Edilson de Paula
83 Andrade, Assessor do CEIVAP, historiou o processo de suporte ao ET-CEIVAP, que inicialmente contou com apoio
84 financeiro da SRH/ANA, através da UNESCO, mas como essa possibilidade burocrática se esgotou, se teve que partir para o
85 convênio que ora se discutia, já em seu quarto aditivo. Como a Prefeitura de Resende não poderia receber o dinheiro desse
86 convênio para pagar diretamente aos funcionários do ET-CEIVAP, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, o IMVAP
87 dele participa como interveniente executor. Esta parceria foi a fórmula encontrada que permitiu a continuidade de trabalho de
88 apoio ao CEIVAP. Por isso, aproveitava para agradecer à Prefeitura de Resende, ao IMVAP e à ANA por ter viabilizado este
89 acordo que permitiu que o CEIVAP pudesse continuar sua caminhada. Cláudio Serricchio, coordenador do Escritório do
90 CEIVAP disse que esse tipo de convênio passa por exigências burocráticas da União e acompanhamentos sistemáticos, desde a
91 fase inicial da proposição, com auditorias sistemáticas durante a execução, sendo submetidos ao Tribunal de Contas da União,
92 e esse procedimento é padrão, e será enfrentado sempre que se receba recursos da União. Juliana Koeppel referiu-se a que
93 alguns representantes que estão no plenário, necessariamente não acompanham os trabalhos da CT que coordena, e a eles
94 esclarecia que essa questão do convênio é apenas manutenção da estrutura de apoio do ET-CEIVAP, e que a questão estava
95 sendo trazida ao plenário porque a partir de agora os recursos que estarão sendo destinados ao funcionamento do escritório
96 técnico serão advindos da cobrança do uso da água e, portanto, o comitê precisa deliberar a respeito. João Rodrigues
97 (KAISER) referiu-se a que, como alternativa ao aditamento do convênio, foi analisada a alternativa de que se realizasse outro
98 convênio, entre a ANA e a Associação Pró-Gestão. Esta questão foi bastante discutida, a Associação se colocou de maneira
99 proativa para solucionar o problema. Entretanto, após analisar prós e contras, a própria Associação julgou que seria muito mais
100 interessante a continuação do convênio atual até dezembro de 2003. Solicitou que fosse registrado em ata que o no
101 detalhamento do aditivo ao convênio está clara das atividades do escritório técnico, mas as atividades deste em apoio à
102 Associação, não são explicitadas, embora reconheça que o escritório venha fazendo esse apoio com propriedade, sempre que
103 solicitado, e a Associação vai precisar muito de que esse apoio seja mantido. O Secretário Fídias Miranda passar então a
104 regime de votação da proposta de deliberação que dispõe sobre a manutenção das atividades de apoio à secretaria executiva do
105 CEIVAP - Deliberação nº 21/2003, através do 4º Aditamento do Convênio ANA/ Prefeitura de Resende. Cristina Yuan (IBS)
106 levantou dúvida sobre a redação do parágrafo 1º do artigo 1º, para o qual pedia esclarecimento, que dizia respeito ao prazo
107 máximo de validade, pois seu entendimento é de que a validade será até 31 de dezembro de 2003, mas que será rescindido
108 quando da assinatura do contrato de gestão entre a ANA e Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio
109 Paraíba do Sul. Concluiu sugerindo que isso ficasse mais claro na redação. O Secretário Fídias Miranda passou então a votação
110 da Deliberação CEIVAP nº 21/2003, a qual foi aprovada. Em continuação, a proposta de investimentos diretos pela ANA,
111 objeto de outra proposta de deliberação prevista na pauta, passou a ser apresentada por Jocemar Coimbra, representante da
112 Prefeitura de Barra do Pirai e coordenador da CT de Planejamento e Investimento. Inicialmente, pediu para registrar uma
113 preocupação que tem, como coordenador da Câmara Técnica, de que embora contando com três câmaras técnicas: a de
114 planejamento e investimento, a institucional, e a de educação ambiental, o CEIVAP vem trabalhando apenas com duas dessas
115 câmaras, pois a de Educação Ambiental ainda não está organizada, e por isso avalia que algumas decisões podem sair
116 desequilibradas, sendo preciso que a Câmara Técnica de Educação Ambiental seja instalada. Para apresentar a proposta da
117 Deliberação nº 22, passou a palavra a Marilene Ramos, representante da FGV na CT Institucional, que iniciou a Deliberação
118 CEIVAP nº 19/2003, que dispõe sobre o programa de aplicação dos recursos da cobrança para 2003/2004. Entretanto, a ANA
119 solicitara detalhamento da proposta para poder transferir os recursos da cobrança para a bacia, pois até junho passado a
120 arrecadação da cobrança condominial referente a 4 meses, atingiu a soma de R\$ 2.450.000. O setor elétrico das usinas
121 instaladas na bacia pagou R\$ 330.000, nos seis primeiros meses do ano e assim, até o mês de julho a arrecadação total deverá
122 se situar em cerca de R\$ 3.070.000, e a previsão de arrecadação total anual é de R\$ 7.490.000. Dentro das prioridades de
123 contratação pela ANA encontra-se, em primeiro lugar, o apoio ao funcionamento do escritório técnico, o que representará
124 gasto de R\$ 270.000. Na Deliberação CEIVAP 19/2003, tinham sido previstos R\$ 300.000 para ações emergenciais na bacia e,
125 com está existindo um quadro emergencial no momento, foi destinado um valor total de R\$ 100 mil para enfrentar essa
126 situação, dos quais R\$ 55.000 já foram gastos, pois a SERLA precisou fazer uma intervenção emergencial nas tomadas de
127 água de Barra Mansa e Barra do Pirai e o órgão está sem condições de arcar com esses custos, que portanto serão cobertos com
128 os recursos da cobrança, restando, dos R\$ 100.000, R\$ 45 mil para outras ações. Ainda na Deliberação 19, tinha-se destinado
129 recursos para obras de controle de erosão nos municípios de Barra Mansa, Ubá e Guaratinguetá, no total de R\$ 1 milhão para
130 cada projeto, sendo 20% de contrapartida das respectivas prefeituras, e a ANA vai firmar convênio com estes municípios. De

131 imediato os recursos recolhidos até o momento são suficientes para atender a essas obras. A partir daí, propõe-se que os
132 recursos que virão a serem arrecadados sejam gastos da seguinte forma: municípios que precisam desenvolver projetos: Barra
133 Mansa, Três Rios e Muriaé e Paraibuna, terão R\$ 400.000 para a elaboração dos mesmos. O Município de Paraibuna foi
134 incluído porque tinha feito uma requisição de obras, mas como o seu valor era muito alto, a avaliação técnica recomendou que
135 o projeto fosse refeito. Nos estudos realizados para analisar os programas da bacia, que aplicaram uma metodologia de análise
136 multicritério, onde se considera o impacto ambiental, custo social, qualidade do agente executor, houve hierarquização por
137 ordem de prioridade, sendo contemplados os municípios de: Volta Redonda, Jacarei, Juiz de Fora, Resende, Barra Mansa,
138 Muriaé, Cachoeira Paulista, Ubá, Carangola e Guaratinguetá. Se forem arrecadados adicionalmente 7 milhões de reais, se
139 consegue atender até a décima prioridade colocada, embora estas prioridades não atendam por completo as necessidades das
140 Prefeituras, com relação ao tratamento de esgoto. Com a palavra Jocemar Coimbra lembrou que quando houve proposta de
141 encaminhamento para obras de controle da erosão em reunião de CT, houve duas propostas: a primeira visava aplicar recursos
142 exclusivamente em controle da erosão em Ubá, Barra Mansa e Guaratinguetá, e a segunda, além do controle da erosão nos três
143 municípios, contemplava também ações de gestão e planejamento. Entretanto, foi vencedora a primeira proposta, mas disse
144 sentir falta de ações de educação ambiental, que é fundamental para que a bacia não passe pelos problemas iguais aos
145 enfrentados hoje, pois se investirmos um pouquinho na educação ambiental estaremos investindo no nosso futuro. Juliana
146 Koeppel (FIEMG) falou que a proposta de deliberação CEIVAP nº 22/2003 encaminha esse assunto, trabalho desenvolvido na
147 CT de Investimento. Os recursos serão aplicados na bacia através de contratos com prestadores de serviço, diretamente pela
148 ANA ou através da CEF. Para que estes municípios sejam contemplados com estes recursos eles terão que preencher alguns
149 requisitos, a saber: 1) - terão prazo de dez dias para apresentar documentos, a partir da convocação da ANA ou da CEF; 2) - o
150 não cumprimento da condição anterior implicará na colocação de municípios na última posição da lista de prioridades, sendo
151 chamado o seguinte; e 3) - os usuários que estão inseridos no anexo da Deliberação 22, deverão estar adimplentes com o
152 pagamento da cobrança até o dia 29 de agosto de 2003, para poderem receber os recursos pleiteados, sob pena de serem
153 excluídos da lista. Juliana Zaina, representante do Instituto Godwana na CT Institucional, disse discordar da redação do artigo
154 2º da deliberação, e que a proposta que apresentara é de que uma parte dos recursos que serão destinados às ações
155 emergenciais sejam aplicados em campanhas de conscientização da sociedade sobre a racionalização do uso da água na bacia,
156 e não campanha de esclarecimento, como consta no texto. Outra mudança na redação que propõe refere-se ao parágrafo 1º do
157 artigo 2º: quem vai decidir sobre as ações emergenciais não é o Grupo de Reservatórios, mas as Câmaras Técnicas do
158 CEIVAP. Hendrik Mansur, representante da Associação de Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul na CT Institucional,
159 colocou que é preciso que seja dada a máxima transparência à aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.
160 Por isso, propunha que o secretário executivo do CEIVAP envie cópia dos instrumentos de contratação das ações que
161 envolvem recursos originados da cobrança da bacia do Rio Paraíba do Sul, aos membros do CEIVAP. Edilson de Paula,
162 Assessor da Presidência do CEIVAP sugeriu para o art. 2º da proposta de deliberação em análise a redação seguinte: "os
163 recursos atribuídos à prioridade ações emergenciais serão aplicados mediante aprovação da Diretoria do CEIVAP", manteria o
164 restante da redação proposta. Aproveitou para adiantar que entraria em contato com a Petrobrás, no Rio, para tentar uma
165 parceria em programas de educação ambiental, e que traria oportunamente esse assunto para apreciação em reunião de câmara
166 técnica. Cristina Yuan, representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia na CT de Planejamento e Investimento, sugeriu que
167 no art. 1º, como o parágrafo 3º tratava também de uma exigência, e o 2º, do descumprimento dessa exigência, sua sugestão era
168 de que fosse invertida a ordem dos parágrafos: o 2º parágrafo passasse a ser o 3º, e vice-versa. E propôs a seguinte correção
169 para o atual parágrafo 2º: "o descumprimento do disposto nos parágrafos anteriores" (*passa para o plural já que ele se*
170 *tornaria parágrafo 3º*"), mantendo o restante da redação. No parágrafo 3º, propõe substituir a expressão "sob risco" por "sob
171 pena". Dilma Pereira, diretora da ANA, disse não concordar com a inversão dos parágrafos porque o usuário que após 29 de
172 agosto estiver inadimplente com o uso do recurso hídrico é excluído da lista, e só teria oportunidade de voltar a ser priorizado
173 no ano seguinte. Submetida a discussão as propostas, o plenário aprovou, então, a manutenção da ordem dos parágrafos,
174 mudando a expressão a expressão "sob risco" por "sob pena". João Rodrigues (KAISER) pediu que fosse registrado em ata
175 que, em relação ao parágrafo 1º do artigo 1º, a recomendação de que a solicitação da documentação exigida para a realização
176 do instrumento de contratação seja feita de imediato, para todos os projetos e não apenas para aqueles que constam da lista de
177 prioridade. Marilene Ramos (FGV) colocou que uma ação emergencial não pode depender de reunião da câmara técnica para
178 ser tomada. Está sendo destinada verba pequena de R\$ 100.000 para esse fim, e sugeriu supressão, na redação do art. 2º, to
179 trecho "mediante aprovação da diretoria do CEIVAP", mantendo o restante da redação, por acreditar que as pessoas jurídicas
180 envolvidas com o gasto dos R\$ 100.000 têm o bom senso necessário para aplicá-los emergencialmente. Antônio Carlos Jacob -
181 prefeito de Ubá/MG perguntou se no art. 4º, caso o município esteja inadimplente, como seriam utilizados os recursos que
182 estavam a ele destinados. O Secretário Fídius procedeu a leitura do art. 4º, com as sugestões apresentadas, e antes de passar a
183 deliberar sobre as propostas, Marilene Ramos (FGV) pediu a palavra e argumentou que o plenário, antes de decidir, deveria
184 dar a ANA mais alternativas para que, se não for possível uma aplicação, ela poderá seguir adiante com as alternativas de
185 aplicação que se seguem. Entende natural a tendência de que o CEIVAP siga a ordem de prioridade, mas pondera que poderá
186 haver outros estudos ou contribuições que indiquem outras prioridades. Outro aspecto importante: não se pode pedir
187 contrapartida para elaboração de projetos, defendendo que nesse caso, o valor total precisa ser coberto com os recursos da
188 cobrança. Em consequência, na tabela anexo a deliberação 22, na coluna correspondente a contrapartida de 20%, o valor deve
189 ser zero na Intervenção 4 – Elaboração de Projetos. Antônio Carlos Jacob (Prefeito de Ubá/MG) valorizou o esforço da câmara
190 técnica de priorizar algumas ações a serem mantidas em 2004. Defende que, nesse caso, houvesse um parágrafo que
191 assegurasse que uma obra prioritária iniciada não fosse interrompida em função de novas prioridades que possam surgir no
192 próximo ano. Paulo Valverde (CESAMA) disse que seu município tem projetos para serem gastos milhões, que a ANA sabe
193 disso, mas o recurso disponível é pouco, e mesmo assim se gasta R\$ 400 mil para que todos possam ser beneficiados. A
194 Agência de Bacia, caso venha a ser criada, não terá por função ficar deliberando sobre a destinação de recurso a fundo perdido.
195 Entende que a prioridade é decidir sobre como investir os recursos disponíveis até 31 de dezembro de 2003, e que os recursos

196 para 2004 é um outro assunto. Edilson de Paula (Assessor CEIVAP) ponderou que precisamos fazer desta deliberação algo
197 concreto. Com a cobrança pela transposição, novos recursos serão aportados, o que permitira que se priorize ações que
198 impliquem na melhoria da qualidade de água que chegará ao Guandu, mas que as ações em São Paulo terão um impacto
199 positivo também nas condições da Represa do Funil. Defende como necessário uma reavaliação destas prioridades em março
200 próximo. Júlio Kettelhut (SRH/MMA) colocou que o plano de investimento do comitê teria que ser aprovado pelo conselho,
201 conforme previsto em lei, e que há um grau de preocupação dos grandes investimentos feitos a fundo perdido, que o CEIVAP
202 acha que só deve começar a pensar numa forma de retorno de investimentos nos próximos anos, porque senão começa a se
203 perder o sentido da cobrança, mas a questão precisaria ser enfrentada no futuro. O Secretário Fídias Miranda, retomando a
204 discussão, questionou se haveria necessidade de parágrafo único no art. 5º, e concluiu que não via essa necessidade, passando
205 a discutir o art. 6º da proposta de deliberação. Vera (NVNV) sugeriu que nas placas indicativas constem a logomarca do
206 CEIVAP e a origem do recurso, conforme modelo proposto pelo CEIVAP, para que se tenha um padrão. Dilma Pereira (ANA)
207 falou que esse modelo de placa é definido pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, e segue um padrão do
208 Governo Federal, não podendo ser alterado. O Secretário Fídias Miranda então concluiu que a discussão desse tópico estava
209 encerrada, e com a proposta de redação final projetada com as emendas sugeridas, a Deliberação 22 foi aprovada. Em seguida,
210 passou ao item seguinte da pauta, sobre a situação do armazenamento nos reservatórios da bacia. Com a palavra o Sr. Jorge
211 Godinho, responsável pela questão de reservatórios e sistemas hídricos da ANA, disse que o que apresentaria em continuação
212 seria uma visão do que estava sendo discutindo nas câmaras técnicas do CEIVAP, sobre a situação atual dos reservatórios do
213 sistema hidráulico da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Basicamente a bacia tem em suas cabeceiras três principais reservatórios de
214 acumulação de regularização do sistema: Paraibuna, Jaguarí e Santa Branca, que constituem o coração dos sistema. Além
215 desses, tem-se os reservatórios de Funil e Santa Cecília, este utilizado para transposição das águas para a Bacia do Guandu.
216 Em janeiro passado choveu mais a média da bacia, entretanto, a partir daquele mês a chuva sempre foi inferior à média e em
217 fevereiro registrou-se o maior déficit. Por infelicidade ocorreu o acidente de Cataguases, que provocou um rebaixamento
218 adicional de 1,7% do volume do reservatório equivalente. Quando se diz que o reservatório vai ficar a 10% ou 5% de seu
219 volume, a referência é ao volume útil utilizados para geração de energia, não significando que o reservatório fique seco se
220 chagar a zero. O sistema, desde 96, vem diminuindo o volume de armazenamento, mostrando uma insustentabilidade, e temos
221 que pensar em medidas para recuperar seus níveis, sendo urgente pensar em regras a longo prazo. Mas o que está acontecendo
222 no Paraíba não é o mesmo que vem ocorrendo no Brasil, pois o Sistema Sudeste hoje está com 65% e o nosso sistema do
223 Paraíba do Sul com apenas 20%. A vazão liberada do reservatório do funil é repartida em duas, em Santa Cecília: parte vai
224 para o Guandu e outra para jusante no Rio Paraíba. As condições hidrológicas atuais equivalem a do pior ano verificado na
225 bacia, 1955, e portanto estamos imersos em numa grande crise de água. Chegamos à conclusão de que tínhamos que reduzir 30
226 mil litros por segundo na vazão objetivo em Santa Cecília. É preciso uma grande quantidade de água para diluir a poluição que
227 contamina a água do sistema, e assim se implantou um programa de racionalização do uso, e reuniões semanais estão sendo
228 realizadas para acompanhar sua evolução. Problemas decorrentes da implantação desse programa de racionalização foram
229 verificados, principalmente em Barra Mansa, Barra do Piraí, com a CEDAE na captação do Guandu, e em Resende que tem
230 apresentado problemas de captação. Estas ações se somam e se nada for feito para recuperar os reservatórios ficaremos com o
231 sistema muito vulnerável, com riscos de falha inaceitáveis, dependendo demais dos períodos de chuvas. Cláudio Serricchio
232 (ET-CEIVAP) disse que o CEIVAP tem participado destas reuniões do programa de racionalização de uso. Quanto ao
233 indicativo que o ONS deu para o CEIVAP, com relação à vazão, gostaria que fosse dada uma moção de apoio à ANA, para
234 que não haja um esvaziamento dos reservatórios, ao final da temporada da estiagem, pois temos que evitar esta vulnerabilidade
235 à questão da chuva. Leila Heizer (CEDAE) reiterou que se trata de uma situação muito séria, que nunca se vivenciou na bacia,
236 que convive adicionalmente aos problemas de escassez que afeta a transposição com altos índices de poluição local. Ficou
237 decidido que a redução de 30 m³/s seria feita de maneira escalonada, o que de fato está ocorrendo. A CEDAE vem
238 acompanhando a qualidade da água, preocupada em assegurar o produto que distribui à população da Região Metropolitana do
239 Rio de Janeiro. Passando aos assuntos gerais, Juliana Koeppel (FIEMG) referiu-se a falha regimental nas câmaras técnicas, no
240 que respeita a recomposição de seus membros. Essa questão será trabalhada na próxima reunião de câmaras técnicas, fazendo
241 as alterações necessárias ao regimento. Falou então da representação atual nas CT's, tal como deliberado anteriormente em
242 reunião plenárias. Lembrou que as vagas que não forem referidas serão mantidas pelos membros antigos, até que se possa ter
243 novas indicações. Iniciando a citar os integrantes pela representação dos usuários, são os seguintes os integrantes da CT de
244 Planejamento e Investimento. Por São Paulo: 1º titular, Sabesp, suplente, SAAE Jacareí, 2º titular, FIESP e 2º suplente, SESC.
245 Em Minas Gerais: 1º titular, Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, suplente..... 2º titular, SESAMA, 2º
246 suplente, COPASA. No Rio de Janeiro: 1º titular.(?) suplente, SAAE Volta Redonda, 2º titular, (?) suplente, IBS.
247 Organizações Cívicas de São Paulo: titular, Associação dos Advogados; suplente, OAB-São José dos Campos. 2º titular, Profan
248 USP, suplente, ITA. Por Minas Gerais: 1º Titular, Consórcio Rio Carangola; suplente, Rio Pomba; 2º titular, Consórcio Rio
249 Pomba; suplente, Planeta Vida. Pelo Rio de Janeiro: 1º titular, UFRJ; suplente, ABRH; 2º titular Nosso Vale Nossa Vida. Em
250 relação à Câmara Técnica Institucional, a representação é a seguinte: Usuários - em São Paulo: 1º titular, Votorantim, suplente
251 (?), 2º titular, KAISER; suplente, Sindicato Rural Monteiro Lobato. Em Minas Gerais: 1º titular, Rio Sul, suplente (?) 2º titular
252 (?),suplente, Coletivo Muriaense. No Rio de Janeiro: 1º titular, Furnas, Suplente (?), 2º titular (?) suplente (?) Organizações
253 Cívicas em São Paulo: 1º titular, Instituto Eco Solidário, suplente, Instituto Vale Verde. Em Minas Gerais: (?), 1º suplente,
254 Associação Igrejinha, 2º suplente, Consórcio Muriaé. No Rio de Janeiro: 2º suplente, CREA, 2º titular, Fundação Getúlio
255 Vargas, suplente, IMVAP. Na questão organizacional civil, ficaram definidos os representantes. Faltam os representantes de
256 São Paulo. Minas Gerais já apresentou o Centro de Estudos da Bacia do Alto do Rio Preto, e suplente a Associação de
257 Vigilantes. Segundo suplente, Amar Ambra Juiz de Fora; suplente a Fundação Educacional Cataguases. No Rio de Janeiro, a
258 Associação Ecológica Vale do Paraíba, suplente, RCE Pio XII; 2º titular (?), suplente (?). Marcelo Alvim (ONG/SP) falou que
259 gostaria de indicar representação para o Estado de São Paulo para a Câmara Técnica: trata-se da JP May (?) como titular e
260 como suplente a F São José dos Campos. Estará formalizando essa proposta à Secretaria Executiva. Juliana Koeppel (FIEMG)

261 referiu-se a que nas prefeituras, segmentos do poder público municipal, em Minas Gerais, para a Câmara de Planejamento e
262 Investimento será mantida a Prefeitura de Juiz de Fora. Na Câmara Institucional seria a Prefeitura de Ubá e na Câmara de
263 Educação Ambiental, a prefeitura de Muriaé. No Estado do Rio dispõe de indicação de que a prefeitura de Barra Mansa indica
264 a de Volta Redonda para Câmara de Planejamento. Reiterou que os antigos serão mantidos até que haja nova demanda de
265 participação dentro das áreas escolhidas. Falou que havia uma negociação entre as prefeituras em participar, que devem
266 encaminhar pleitos ao CEIVAP. Pediu para que as entidades envolvidas confirmem seus representantes com brevidade,
267 atualizando os dados para contato, afim de que, na próxima Câmara Técnica se possa conhecer com precisão todas as
268 representações. Leila Heizer (Representante da CEDAE) falou que não estava informada da reunião ocorrida hoje pela manhã,
269 entre usuários, para complementação da sua representação em câmara técnicas. A CEDAE tem grande interesse em participar,
270 havendo maior interesse em participar em uma das CT's de Planejamento e Investimento ou Institucional. O Secretário Fídias
271 Miranda então propôs a realização de uma reunião de usuários do Estado do Rio de Janeiro para definir essa representação,
272 proposição aprovada. Ainda em Assuntos Gerais, colocou que durante o ano de 2003 o CEIVAP não realizou reunião em
273 caráter ordinário, e pelo regulamento são obrigatórias pelo menos duas dessas reuniões. Para tanto necessita de uma
274 convocação com antecedência mínima de 30 dias, e propôs a primeira reunião ordinária em Minas Gerais, em 21 de outubro, e
275 a segunda reunião em São Paulo, na primeira semana de dezembro. Em Minas a sugestão seria a cidade de Cataguases, e em
276 São Paulo, Jacareí. A proposta foi aprovada por unanimidade. Ainda em Assuntos Gerais, com a palavra Antônio Evangelista -
277 Vice-Presidente CEIVAP, leu o manifesto das organizações civis, sobre a Conferência Nacional do Meio Ambiente. Mário
278 Moraes (FGV) destacou a importância de o CEIVAP estar integrado no trabalho dessa Conferência, colaborando na
279 organização do fórum que elegerá delegados para participar da Conferência Nacional. Todos os membros do CEIVAP foram
280 convidados a participar da pré-conferência. Heitor Pereira de Souza, Assessor do IBAMA, usou a palavra para comunicar que
281 ontem foi assinado convênio em que o Governo entre o Estado do Rio de Janeiro e o Ministério do Meio Ambiente, através da
282 IBAMA, para realização conjunta de conferência preparatória para a Conferência Nacional de Meio Ambiente, no Rio, tendo
283 como obrigação o fortalecimento do sistema nacional de meio ambiente. Antônio Carlos Jacob (Prefeito de Ubá/MG) referiu-
284 se a uma reunião de Câmara Técnica do CNRH, em Brasília, em que foi apresentada a questão que o Rio Paraíba do Sul está
285 vivenciando com o problema dos reservatórios, onde o segundo assunto discutido foram as cavas de abstração de areia, e nessa
286 reunião foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de preparar uma proposta de moção de para tratar do assunto junto aos
287 órgãos de fiscalização. Outro objetivo seria a proposta de criação de um grupo, fora do âmbito do CNRH, para fazer um estudo
288 mais específico sobre este assunto. Este é um problema nacional e o caso a ser estudado seria o do Rio Paraíba do Sul. Antônio
289 Evangelista, referindo-se a colocação anterior, reiterou a importância da questão das cavas de areia, e que proximamente o
290 assunto será discutido no CEIVAP em conexão com a cobrança. Hoje está bastante otimista sobre o encaminhamento dessa
291 questão, porque este grupo de trabalho tem como proposta fazer uma avaliação do impacto ambiental e definir parcerias para
292 resolver o problema das cavas de areia. Hendrick (AMPAS) perguntou se a Secretaria do CEIVAP dispunha de dados sobre a
293 inadimplência dos usuários da bacia e se estes dados estão disponibilizados. Disse não achar justo que inadimplentes tenham
294 seus nomes divulgados e outros não. O Presidente Meo has respondeu que o CEIVAP dispõe da informação completa,
295 disponível no momento, mas existia impedimento legal de divulgá-la, porque há sigilo a respeito desse assunto, Falou que
296 estaria levando esse questionamento à ANA, que havia uma deliberação aprovada, a qual solicita que a inadimplência
297 primeiramente seja notificada, e após seis meses de inadimplência o devedor seja inscrito na dívida ativa da União. Hendrick
298 (AMPAS) pediu para que fosse registrado que alguns usuários foram lesados porque suas informações foram divulgadas. O
299 Presidente Meo has reconheceu que realmente houve este equívoco, que estava se inteirando do assunto agora, e reconhecia
300 que esse fato não poderia ter ocorrido, desculpando-se pelo incidente. A reunião foi encerrada as 17:40 horas.